

Tiago Moraes Silva<sup>1</sup>  
Leonardo Xavier Silva<sup>2</sup>

*Mercados convencionais e/ou novos mercados – haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares?  
O caso de Praia Grande (SC)*

## **Introdução**

Os agricultores familiares conseguem escolher o que querem produzir hoje em dia? Ou o mercado dita e define as pautas produtivas previamente? Eles estariam num dilema? Ou estão satisfeitos com a chamada “esteira rolante da modernização”, que, entre diversas consequências já tão vastamente discutidas, garantiu renda e gerou inovação tecnológica, entre outros benefícios a uma parcela de agricultores familiares brasileiros? E, ainda, teriam eles margem de manobra para diversificar sua pauta produtiva através de mudança das práticas agrícolas e/ou capacidade de inovação para outras atividades, numa espécie de transição para novas práticas/formas de produção e comercialização? Suas decisões dependeriam fundamentalmente da desconfiança em relação à garantia de renda, preço e condições de comercialização? Enfim, como tem atuado o Estado/Governo, através das políticas públicas e das organizações coletivas, para induzir/corrigir possíveis distorções e garantir a segurança alimentar e o bem-estar social para a população rural e urbana? Obviamente, trata-se de questões complexas, amplas, e a proposta deste artigo é contribuir nesta discussão, a partir das estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares do Município de Praia Grande (SC).

---

<sup>1</sup> Economista e mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tiagotms@brturbo.com.br.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br.

Nesse sentido, experiências recentes, em especial na Europa, mas também no Brasil, têm demonstrado a importância de novas políticas públicas, bem como o papel dos atores e a governança na disseminação dos chamados novos mercados. Sabe-se, porém, que há muito a avançar. É certo que a “construção” e proliferação dos chamados novos mercados podem se constituir como uma forma de amenizar as históricas tendências de queda do emprego e da renda agrícola no meio rural brasileiro, aumentando a diversificação produtiva, ajudando a preservar e/ou reconstituir as áreas ambientais degradadas. E, ainda, combater os novos problemas socioeconômicos do campo, como os fenômenos demográficos: masculinização e envelhecimento da população rural. Entende-se que estes se revelam como problemas emergentes que intrigam formuladores de políticas públicas, pesquisadores, estudiosos e os próprios agricultores familiares.

Há praticamente consenso, entre os que se dedicam às questões rurais, da eferescência que o desenvolvimento rural tomou ao longo dos anos recentes tanto no Brasil como na Europa. Na ordem do dia coloca-se a centralidade dos mercados no foco do debate, numa tentativa de recuperar a pouca atenção dada à teoria dos mercados. A temática da construção de novos mercados vem ganhando força e consolidando-se como principal forma de manifestação deste movimento. Emergem novas pesquisas no âmbito da academia, bem como há implementação de novas políticas com estes fins. Partindo desse enfoque, o conceito delimitado por Ploeg, Ye e Schneider (2011) alinha-se ao que se pretende investigar neste estudo:

O desenvolvimento rural consiste basicamente em um conjunto de respostas mais ou menos coerentes às falhas de mercado. Em segundo lugar, o de que estas respostas, sobretudo, embora não exclusivamente, implicam e evoluem através da construção de novos mercados e/ou novos padrões de *governança* para os mercados existentes.” (PLOEG; YE e SCHNEIDER, *apud* PLOEG, 2011, p. 122).

O ponto-chave é a crescente dualidade nestes mercados. Ou seja, os mercados de produtos básicos (*commodities*) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e alimentos, os quais geram “falhas de mercado”: desigualdades sociais e espaciais agudas (Brasil), ameaça da marginalização do campesinato (China) e destruição das paisagens, da biodiversidade e da qualidade de vida no campo (União Europeia). Ao mesmo tempo, criam-se novos mercados. Estes são aqui entendidos como produtos e serviços que portam um diferencial,

através de: qualidade diferencial; origem conhecida; produção diferente que incorpora características específicas no produto; incorpora relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; novos circuitos e novas infraestruturas físicas e arranjos sociais. Além disso, são governados de modo que contrastam com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares, os quais recebem a denominação de “mercados aninhados” (*nested markets*).

No Brasil, os exemplos mais notórios de mercados aninhados foram “arquitetados” com a indução do Estado como: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). O primeiro especifica que 30% dos alimentos distribuídos a escolas, hospitais, instituições de caridade, entre outras, devem ser adquiridos localmente de agricultores familiares. E o segundo, para muitos estudiosos, é o programa que melhor representa as experiências de construção dos mercados através da interface entre políticas públicas de Estado e os atores sociais. Entre seus mecanismos estão: a) a regulação de preços (instalação de polos de compra em regiões de concentração de agricultores familiares); b) a formação de estoques públicos de alimentos; c) o incentivo à compra de alimentos oriundos da agricultura familiar através do mercado institucional; d) o fortalecimento de circuitos locais e regionais de comercialização, entre outros. Além desses, há mercados que têm se desenvolvido sem a participação do Estado, como a experiência Ecovida<sup>3</sup>. Além da criação destes novos mercados, há intervenções importantes nos mercados existentes, exemplificadas na desmonopolização dos atuais mercados de terra, crédito e assistência técnica, com a participação importante dos movimentos sociais, criando novos padrões de governança no país (PLOEG, 2011; SCHMITT, 2011).

Já na União Europeia, vários novos mercados aninhados desenvolveram-se nas últimas décadas. Entre eles: a) produtos regionais, b) produtos de alta qualidade, c) produtos orgânicos, d) energia limpa e serviços como e) venda de alimentos através de cadeias curtas e localizadas, f) agroturismo e g) atividades de assistência. A característica comum destes mercados é ter produtores e consumidores particula-

---

<sup>3</sup> Rede de Agroecologia que surgiu no âmbito dos movimentos ambientalistas ligados à agricultura no sul do Brasil. Abrange três estados e o sul de São Paulo. Desenvolve iniciativas em agroecologia e possui um formato de certificação participativa com valorização dos saberes populares. Fonte: (Adaptado pelo autor. Disponível em <http://www.ecovida.org.br/>).

res, sendo o único envolvimento do Estado à regulação dos mesmos (PLOEG, 2011, p.125).

É quase consensual que a “herança” da modernização agrícola no Brasil, entre outras consequências, gerou queda de ocupação e renda no meio rural, além de acentuada degradação ambiental em muitos municípios e regiões do nosso país. Além disso, induziu-se a uma profunda especialização produtiva. Todavia, um elevado contingente de agricultores familiares, essencialmente na região sul do país, conseguiu se inserir nos mercados dominados pelas *commodities*, como soja, milho, arroz, entre outros, assegurando-se de sua reprodução, bem como se integrando às novas tecnologias, de forma a contribuir para o crescimento do chamado agronegócio no Brasil. Contudo, mais recentemente, pesquisas apontam o crescimento de novos mercados através da produção agroecológica, das agroindústrias familiares, do turismo rural, entre outros. Além disso, surgem novos fenômenos demográficos: masculinização e envelhecimento da população do campo, graves desequilíbrios ambientais e climáticos, gerando incertezas quanto ao futuro do campo, causando preocupações nos seus aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais.

Nesse ínterim, utiliza-se aqui, como estudo de caso, o Município de Praia Grande – SC, inserido neste cenário, a partir das últimas décadas, chegando aos dias de hoje, a fim de avaliarmos as estratégias de ocupação e renda dos agricultores familiares, entre seguir na “esteira” dos mercados convencionais e/ou inserirem-se em novos mercados. Diante disso, infere-se uma questão: os agricultores familiares estarão num dilema na tomada de decisões sobre o que produzir?

Sinteticamente o estudo se utilizará de referências teóricas como a noção de “império” nos trabalhos de Ploeg (2008), e indiretamente na abordagem dos regimes alimentares de Friedmann e McMichael (1989); nas recentes pesquisas comparadas internacionais de Ploeg, Ye e Schneider (2011), Brunori (2010) e Milone (2011) com base no conceito de *nested markets* e nos processos de desenvolvimento rural. Além destes, a perspectiva da mercantilização da agricultura por Ploeg (1992), Long (2001), bem como, estilos de agricultura (PLOEG, 2003) e estratégias como a pluriatividade nos estudos de Schneider (2009), entre outros. E, ainda, trabalhos que focam as novas dinâmicas demográficas no Brasil, como Anjos e Caldas (2005).

O artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, compõe-se de mais cinco seções. Na primeira seção são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Já na seção seguinte, apresenta-se como referência teórica a noção de império, o conceito

de *nested markets* e a abordagem que privilegia os processos de desenvolvimento rural. A terceira seção procura sintetizar a ideia de uma “nova ruralidade” no Brasil que se inicia em meados dos anos 1990, tendo como características os fenômenos demográficos da masculinização e envelhecimento, e suas dinâmicas ocupacionais (busca de ocupação e renda), aliados ao avanço do processo de mercantilização da agricultura familiar, questionando-se as estratégias de decisão dos agricultores entre mercados convencionais e/ou inserção em novos mercados. A partir da quarta seção apresenta-se o estudo de caso, subdividido em: caracterização da região de estudo e pesquisa de campo. Esta última subdivide-se nos itens: as estratégias de produção do agricultor familiar praia-grandense, a supremacia dos mercados convencionais e as emergentes estratégias de novos mercados e de pluriatividade. Finaliza-se, na quinta seção, com as considerações finais, procurando sintetizar as principais contribuições do estudo.

### Procedimentos metodológicos

A metodologia deste estudo foi composta principalmente da pesquisa de campo, através de entrevistas semiabertas e questionários semiestruturados aplicados aos informantes-chave<sup>4</sup> e aos agricultores familiares, pelo processo de amostragem no Município de Praia Grande (SC) e de dados secundários do IBGE, entre os quais os Censos Demográficos e Agropecuários. A pesquisa de campo dividiu-se em quatro etapas, com os seguintes interlocutores: 1ª etapa: pesquisa de campo exploratória<sup>5</sup> aplicada a *informantes-chave e agricultores familiares* – entrevistas semiabertas - junho/2010; 2ª etapa: pesquisa de campo aplicada somente a *informantes-chave* - questionários semiestruturados - fevereiro/2011; 3ª etapa: pesquisa de campo aplicada somente a *agricultores familiares* - questionários semiestruturados - abril/2011; 4ª etapa: centrada em um questionário dirigido (respostas padronizadas) a um grupo pré-selecionado de informantes-chave (outubro/2014). A amostra dos informantes-chave procurou constituir-se de forma heterogênea, abrangendo os principais órgãos de governo,

---

<sup>4</sup> O conceito de informante chave adotada neste estudo baseou-se nas ideias formuladas por Minayo que os considera como “informantes particularmente estratégicos para revelar os segredos do grupo” (MINAYO, 1992, p.118). Ou seja, pessoas, que por sua inserção na comunidade, sejam capazes de representar os pontos de vista da coletividade.

<sup>5</sup> Foram realizadas oito entrevistas. Seis destas com organizações (EPAGRI, Associações de agricultores, entre outras) e duas diretamente com agricultores familiares.

organizações sociais, instituições financeiras e de prestações de serviços da área rural do município. Nesta segunda etapa, foram aplicados 11 questionários semiestruturados. Já, na terceira etapa, a composição da amostra de agricultores familiares abrangeu um percentual de 10% de estabelecimentos agropecuários do município. Foram calculados 43 estabelecimentos para a pesquisa nas 22 comunidades rurais de Praia Grande<sup>6</sup>. O método empregado foi a Amostragem Sistemática por comunidade, pois a vantagem deste método é que ele necessariamente abrange todas as comunidades do município, pois são calculados percentuais sobre a população de cada comunidade que irá compor a amostra total.

O conceito utilizado para a formação da amostra levou em consideração os três elementos básicos que são chave para a delimitação do que sejam agricultores familiares. São eles: a) família: mínimo de duas pessoas (matrimônio, parentesco etc.); b) terra: acesso a terra; c) trabalho: ligação entre as duas dimensões anteriores. A definição de pluriatividade utilizada na pesquisa é de que famílias pluriativas são aquelas em que alguns dos membros que compõem o núcleo familiar exercem um tipo de atividade considerada não agrícola. Para efeitos desta pesquisa atividades não agrícolas<sup>7</sup> são aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal. Já o critério para êxodo seletivo é a migração da população mais jovem do meio rural para o meio urbano, o que significa dizer que a dinâmica tem conduzido às cidades as camadas mais importantes da População Economicamente Ativa. E a definição de novos mercados, como já antecipado, refere-se a produtos e serviços que portam um diferencial, através de qualidade diferencial; origem co-

---

<sup>6</sup> Primeiro, dividiu-se o município em comunidades conforme as informações próprias dos técnicos da EPAGRI que residem no município, e cada comunidade entrou na amostra com o peso proporcional ao seu número de famílias. A partir disso, chegou-se a um número  $x$  de questionários máximos estipulados a serem feitos em cada uma. Depois, dividiu-se este  $x$  ( $n$ ) pelo número de famílias rurais totais do município ( $N$ ), gerando um número percentual. Este percentual foi utilizado para obter quantas famílias seriam entrevistadas em cada comunidade. O percentual encontrado ( $n$ ) foi arredondado.

<sup>7</sup> Beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (agregação de valor ao produto) enquadram-se como não agrícolas. Exemplo: produção de açúcar mascavo na propriedade. Trabalho temporário em colheitas, limpeza e plantio fora da propriedade não é considerado como atividade não agrícola (conceito baseado em pesquisas similares, assim como Schneider, 2009, p. 180).

nhecida; produção diferente que incorpora características específicas no produto, entre outros (SCHNEIDER, 2009; ANJOS e CALDAS, 2005; PLOEG, 2011).

### **“Falhas de mercado”, processos de desenvolvimento rural e os novos mercados**

A compreensão da atual fase da globalização pode ser sintetizada nos trabalhos de Ploeg (2008, p. 258), quando ele se refere aos “conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas”. O império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nesta estrutura, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados. A característica própria dos impérios alimentares de hoje, conforme Ploeg (2008, p. 258),

é que eles não precisam da propriedade direta de uma base de recursos, nem representam necessariamente valor acumulado. Suas redes simplesmente estruturam o mundo social e o mundo natural através da reunião de recursos, processos, territórios, pessoas e imagens em constelações específicas que simultaneamente canalizam a riqueza em direção ao centro.

Há três características estruturais do Império: a) expansão, na qual os impérios alimentares de hoje provocam alterações permanentes e múltiplas de fronteiras, até mesmo na redefinição da noção de alimentos. Esta conquista afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores; b) hierarquia, na qual o império governa de forma hierárquica, através de esquemas reguladores abrangentes e em rápida expansão que especificam os códigos de conduta necessários e definem a (re)alocação e uso dos recursos. Exemplo disto são os critérios de higiene para os alimentos; c) ordem, que se dá pela imposição de matrizes aos processos, os quais implicam sua reformulação (ou remontagem) para ajustá-los a seus interesses, dinâmicas e requisitos.

Há uma combinação contraditória nos impérios alimentares de hoje, mas ao mesmo tempo sistemática por dois princípios orientadores: o mercado global e a linha de montagem. Conformam-se aplicações generalizadas de tecnologias radicalmente novas que permitem novas formas de conquista e de controle massivos. Ocorrem interligações do mercado com a linha de montagem em redes coercitivas que estruturam progressivamente a agricultura, bem como o processamento e consumo de alimentos. Esses impérios alimentares, tais como Uni-

lever, Nestle, Wall Mart, Carrefour, são capazes de impor regras nos mercados regionais impondo critérios. Segundo Ploeg (2011) criam-se “pontos de passagem obrigatória” para os produtores e consumidores, gerando o que o autor denomina de *structural holes* (“buracos estruturais”), que se caracterizam por barreiras a novos entrantes, exclusão de certos grupos de consumidores, bloqueio de inovações, prescrevendo formas de produção e excluindo outras. Diante dessa dinâmica, a reconexão da relação entre produtores e consumidores é a criação dos mercados aninhados (*nested markets*), o que, segundo Ploeg (2011b), se dá por “*by-passes*” que permitem fugir das estruturas de controle dos mercados agrícolas e alimentares convencionais, assim determinados pelo “Império”.

Nesse sentido, a emergência desses processos de desenvolvimento rural se faz necessária como resposta à crise agrária e de alimentos em todo mundo. Crise esta que Ploeg (2010) deriva a) das contradições da industrialização da agricultura em constante curso; b) do mercado mundial como princípio de ordem para a produção e comercialização agrícola e c) da reestruturação das indústrias de processamento, empresas comerciais de grande porte e supermercados em cadeias alimentares (impérios), que cada vez mais exercem um poder monopolista sobre a cadeia de suprimentos de alimentos. Esses três processos se fundem na criação de um novo regime mundial de alimentos<sup>8</sup>, que está afetando profundamente a natureza da atividade agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, e da qualidade e distribuição destes alimentos.

Por outro lado, Ploeg, Ye e Schneider (2011) alertam para as condições que propiciam no período atual tais dinâmicas nos processos de desenvolvimento rural em nível mundial, que eles chamam de mecanismos básicos subjacentes à criação dos novos mercados, tais como: a) desmonopolização dos mercados existentes, criação do acesso para agricultores e cooperativas (mercados da natureza, preservação das paisagens e energia na Europa; mercados de terra, crédito e assistência técnica no Brasil); b) construção de novos produtos e serviços: especialidades regionais, alta qualidade dos produtos, produtos orgânicos, agroturismo (mais desenvolvidos na Europa e China e agora emergindo no Brasil), e criação de novos mercados para circulação e

---

<sup>8</sup> Refere-se à abordagem dos Regimes Alimentares (*Food Regimes*), a partir dos trabalhos de Friedmann e McMichael (1989), que focam a passagem de uma sociologia da agricultura para sociologia da alimentação, tratando da reconfiguração dos sistemas agroalimentares dos países capitalistas, a partir dos efeitos da globalização.

distribuição; c) desconexão da agricultura com os mercados, ou seja, substituição dos insumos externos pelos internos, que é altamente desenvolvida na Europa, conhecida lá como “*farming economically*”, e no Brasil através dos movimentos agroecológicos; d) conectando esferas previamente desconectadas da circulação através da criação de novos circuitos (este mecanismo específico é fortemente desenvolvido no Brasil, através do PNAE (merenda escolar ligada a agricultores locais). Na Europa há algumas experiências com contratos públicos e grupos de solidariedade (Espanha e Itália) e e) conexão de diferentes mercados através da multifuncionalidade, melhorando fortemente a posição dos agricultores dentro do mercado de *commodities* e a criação de sinergias.

Pode-se traçar um paralelo ante os processos de desenvolvimento rural e a construção dos “novos mercados”: a) Questiona-se de uma forma geral se os processos de desenvolvimento rural tornaram-se mais efetivos. Sublinha-se nisso a importância para o desenvolvimento positivo de interações entre as políticas de Estado e as iniciativas autônomas da população rural; b) Argumenta-se que esses mesmos processos, além de mais efetivos, são mais autossustentáveis. Há a mobilização de mais atores, alargando as agendas, tais como: sustentabilidade, oportunidades de emprego, nível de renda, qualidade e acessibilidade de alimentos, qualidade de vida no meio rural (incluindo o provisionamento de serviços, a qualidade das paisagens e biodiversidade), sinergia entre diferentes atividades econômicas, entre outras; c) Sustenta-se também a ideia de que os processos ficam mais fortalecidos quando eles são enraizados no capital social (isto é, nas iniciativas, estruturas normativas e redes ou movimento de pessoas do rural) e, simultaneamente, em novos mercados e novas conexões com estes mercados.

Os mercados aninhados (*nested markets*) estão integrados ao mercado amplo, mas como um segmento específico. É um segmento que possui diferentes inter-relações, distintas dinâmicas e um impacto diferenciado, e é governado de modo diverso. Sabe-se que todos os mercados estão imersos em marcos institucionais e são regulados por modos de governança. Os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares, no entanto, são cada vez mais governados por impérios alimentares, enquanto os mercados emergentes estão inseridos e em parte governados por novas redes sociotécnicas que visam proteger espaços específicos e ao mesmo tempo construir trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações do regime prevalente.

Na Europa esta construção de novos mercados tem avançado. Lá surge cada vez mais novas formas de organização, são milhares de

novas coletividades de iniciativas de desenvolvimento rural, como cooperativas ambientais, novas coalizões em nível regional e novas estruturas institucionais<sup>9</sup>. Dentro do cenário desta nova política, há novos atores e novos papéis para a governança dos mercados agrícolas e os processos de desenvolvimento rural. De acordo com Ventura (2011), destacam-se: a) organizações de produtores; b) novas formas de parcerias públicas privadas para regiões e desenvolvimento rural. E, ainda, dois diferentes desafios para as unidades produtivas (*farms*): a) a competitividade de mercado para as unidades produtivas; e b) *farm* multifuncional, para renovar e preservar a área rural.

Assim como fazem crer Brunori *et al.* (2010), o crescimento de sistemas alimentares localizados e sustentáveis é amplamente reconhecido em muitos países ocidentais como uma resposta para a crise cada vez mais evidente dos sistemas alimentares convencionais. Porém, apesar da crescente demanda dos consumidores, a capacidade de produção para acompanhar a demanda surge como ponto crítico. Os autores alertam que a participação em cadeias alimentares alternativas não só precisa de um novo mercado aberto, mas também de estilos de cultivos adequados. E para os novos estilos exigem-se mudanças radicais para o conhecimento e as habilidades, os bens materiais, os padrões organizacionais, as práticas de comunicação, entre outras. Outro ponto destacado é a dimensão coletiva da inovação. Saliencia-se a importância dos laços sociais para a ação inovadora, mas também mostra os quadros comuns cognitivos, regras, normas, materiais e infraestrutura criadas como um efeito externo das interações individuais. Derivam-se ainda os conceitos de sinergia e coerência<sup>10</sup>, ou seja, os casos de sucesso de desenvolvimento rural demonstram que a ação coletiva produz estrutura local com que é construído meio ambiente, instituições, símbolos e rotinas que facilitam as atividades de pequenas firmas pelo acesso a recursos que não poderiam ser acessados para ações individuais.

---

<sup>9</sup> Desde 1999, implantados pelo governo socialista francês, os Contratos Territoriais de Exploração são uma das mais importantes inovações. Nestes, os subsídios deixam de ser simplesmente uma compensação pela renda perdida em virtude da redução nos preços e passam a condicionar-se ao preenchimento de funções sociais e ambientais contratualmente regulamentadas. Esses Contratos de Exploração representam um caminho pelo qual se estabelece um novo pacto entre os agricultores e a sociedade, onde o decisivo deixa de ser a busca incessante da produtividade e se transfere para os cuidados com a paisagem, com a biodiversidade, com os recursos naturais e com a própria capacidade de criação de emprego por parte da agricultura (ABRAMOVAY, 2002).

<sup>10</sup> Para saber mais, ver Brunori e Rossi (2000).

Já Milone (2011) fala de uma dinâmica do ciclo de inovação que depende de variáveis como: a) as políticas de intervenção para novos arranjos institucionais; b) a capacidade dos agricultores de antecipar o desdobramento da demanda dos consumidores e da sociedade (criando nova governança de mercado); c) a capacidade de instituições locais para substituir empreendedores para criar nova governança de mercado. No que concerne à intervenção pública, este mesmo autor ressalva que a mesma deve ser diferente, dependendo do contexto, considerando: a) a capacidade dos agricultores; b) a disponibilidade de recursos (capital humano, natural e ambiental, instituições); c) a qualidade dos recursos locais, entre outras.

### **O avanço da mercantilização da agricultura familiar, novas dinâmicas demográficas e as estratégias produtivas**

De acordo com o que já defendia Graziano da Silva (1997), o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial, assim como do ponto de vista da organização da atividade econômica (agricultura, indústria), e as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. As características que identificam esse “Novo Rural”, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, se compõem basicamente por três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercados.

Nesta nova ruralidade no Brasil com o avanço do processo de mercantilização da agricultura familiar, os agricultores desenvolveram uma série de estratégias e reações, a fim de fazer frente à queda de emprego e renda no campo. Mais recentemente, novas dinâmicas demográficas apareceram. Entre estas, um êxodo rural mais seletivo, levando às cidades a mão de obra mais jovem e preferencialmente feminina, gerando envelhecimento e masculinização da população rural. Nesse sentido, acirrou-se ainda mais a falta de mão de obra para as atividades agropecuárias, mas ao mesmo tempo diversificou-se a renda no âmbito familiar, devido ao crescimento em ocupações não agrícolas (pluriatividade). Um bom exemplo é o beneficiamento de produtos nas propriedades rurais, as agroindústrias, artesanato, turismo rural, entre outras. Atividades estas que se enquadram nos chamados novos mercados.

Todavia, também crescem as atividades não agrícolas essencialmente “urbanas” na indústria, comércio e serviços.

Quanto ao fenômeno do envelhecimento, este é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem. Destacam-se como fatores: a) a redução da participação da população jovem no campo; b) o retorno da população aposentada do meio urbano ao campo e c) a redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa do brasileiro. Para Beltrão, Camarano e Kanso (2004), o envelhecimento de uma população, considerado sob o ponto de vista demográfico, é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. No trabalho de Anjos e Caldas (2005), argumenta-se que diminuiu o papel das mulheres nas atividades produtivas no meio rural. E estas passam a ter maior escolaridade que os rapazes, sendo então escolhidas pela família para o “desapego” à realidade rural em uma preparação à vida e ao matrimônio urbano, gerando a masculinização da população no campo.

No tocante ao processo de mercantilização, Ploeg (1992) argumenta como resultado de relações sociais que expressam a luta entre diferentes atores pelo controle de recursos e processos e que esta carrega para o interior das relações sociais a “lógica do mercado”. Refere-se à redução de autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente em circuitos em que predominam as trocas mercantis. Chega-se ao que Ploeg (1990) denomina “mercantilização diferencial”, compreendida pelos distintos graus de inserção das unidades de produção, os quais são mensurados a partir da proporção fixada entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis vis-à-vis aqueles valores de uso reproduzidos internamente. Nisto, entende-se a compra de insumos produtivos e ainda outros que não se relacionam diretamente ao processo produtivo, como a comercialização de produtos gerados na unidade de produção. Exemplifica-se também: a compra de máquinas, a contratação de mão de obra, a venda da produção agropecuária até a venda da própria força de trabalho familiar, e a obtenção de financiamentos nos mercados de crédito.

A mercantilização reflete a pressão que as estruturas de mercados exercem sobre os atores, mas que também pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores. “Agência humana”, conforme Long (2001, p. 16), refere-se: “[...] ao ator individual a capacidade de processar experiência social e inventar maneiras de ordená-las com a vida social, inclusive sob as formas mais extremas de coerção”.

Segundo Ploeg (2003), cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. Trata-se de um processo não linear, com avanços e reveses e, fundamentalmente, expresso na inserção diferencial das unidades de produção dos mercados. Desse modo, o fato de os agricultores mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados, criando “espaços de manobra” e estratégias para manter e ampliar sua autonomia. Por conseguinte, tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia<sup>11</sup> quanto a de que este processo esteja concluído são equivocadas.

Entre as estratégias, destaca-se a pluriatividade. De acordo com Schneider (2009), esta se associa essencialmente à disponibilização de mão de obra familiar causada pela mecanização dos processos produtivos, da terceirização dela gerada, além da necessidade de rendas complementares em função da queda das rendas agrícolas, diretamente relacionada à baixa nos preços das *commodities* agrícolas e ao aumento dos custos de produção. Ela permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Enfim, o conceito deve ser entendido como estratégia específica de reprodução social em unidades familiares de produção tanto a pressões internas (ciclo vital, demandas sociais de consumo), quanto externas (queda nos preços agrícolas, elevação nos custos de produção), bem como à existência de um mercado de trabalho dinâmico, como o que atualmente se consolida.

Já os novos estilos de agricultura, de acordo com Ploeg (2003), surgem da capacidade de resistência da agricultura familiar, cujos agricultores utilizam a maleabilidade do processo de produção e espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante da modernização. Alguns estilos se caracterizam pelo afastamento ao projeto de modernização, enquanto outros podem internalizar as relações

---

<sup>11</sup> Para um maior detalhamento do conceito de autonomia, ver Ploeg (2008), a partir do que o autor denomina de um novo enquadramento teórico para o campesinato.

desse projeto. E é o conjunto de estratégias que determinam qual o caminho que a unidade familiar de produção irá seguir<sup>12</sup>. Estas estratégias correspondem: às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar e mesmo as relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência dos mercados.

Quando o caminho segue a corrida tecnológica da modernização, geralmente se acentua a especialização produtiva fundada em recursos externos, bem como a dependência às flutuações dos preços internacionais e os custos de produção e transação. Se outro caminho for seguido, em busca de mais autonomia, os agricultores procuram organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades. Em síntese, compõe-se de estratégias que têm como base a inserção em novos mercados, bem como estratégias que contemplam a pluriatividade. Na próxima seção, no item pesquisa de campo, o estudo apresentará exemplos destas estratégias, tais como a produção agroecológica pelos cultivos orgânicos de arroz e banana; turismo rural; artesanato; agroindústrias; entre outras.

## **Estudo de caso: O Município de Praia Grande (SC)**

### *Caracterização da região de estudo*

O município conta atualmente com uma população de 7.267 pessoas assim divididas: 4.297 residem na zona urbana e 2.970 residem na zona rural. Possui uma densidade demográfica de 26,09 (hab/km<sup>2</sup>) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em Praia Grande, gerou-se um quadro onde predomina a especialização produtiva no cultivo de arroz. Há ainda o cultivo de banana nas zonas da encosta, fumo e milho. Estas são as quatro principais culturas no município, nos seus atuais 481 estabelecimentos agropecuários, basicamente com pequenas propriedades, concentradas na faixa de 10 a 50 ha, onde prevalece a agricultura familiar<sup>13</sup>. Observa-se também um êxodo rural intenso desde 1970 até o ano 2000, reduzido nesta última década, conforme Censo Demográfico 2010, além de queda acentuada da mão de obra nas atividades agropecuárias que acompanha este

---

<sup>12</sup> Na próxima seção, com base na pesquisa de campo, são formuladas questões que procuram identificar estas estratégias entre os agricultores familiares de Praia Grande.

<sup>13</sup> Fonte: (IBGE/SIDRA, 2006 e 2008).

movimento populacional, pelos dados do último Censo Agropecuário 2006, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Em termos de área agricultável, predomina a região de várzea onde o solo favorece a implantação de cultivos de ciclo curto, com tecnologia intensiva. A produção de arroz irrigado é de 21.450 toneladas de arroz (IBGE, 2010), o que ocupa praticamente 80% da área agricultável do município, correspondendo segundo o IBGE (2006) a 2% da produção estadual catarinense. Entre os cultivos temporários destaca-se o fumo, apesar deste ter tido uma produção bem superior, então substituída pelos arrozais. Além deste, em menor grau tem-se o milho, a cana-de-açúcar, o feijão e a mandioca. Na região das encostas predominam lavouras permanentes com destaque para o cultivo de banana. Nestas, diferentemente da várzea, o relevo impõe certos limites ao uso de tecnologias intensivas. E esta lavoura representa em muitas comunidades o cultivo principal para comercialização e conseqüentemente o provedor principal de renda destas famílias.

Observe-se na Tabela 1 a queda na ocupação da mão de obra no meio rural, desde meados da década de 1980, a fim de melhor entender o movimento do êxodo rural, bem como os efeitos do crescimento da especialização no cultivo de arroz, no mercado de trabalho:

**Tabela 1** - Pessoal ocupado\* em estabelecimentos agropecuários em Praia Grande (SC), de acordo com Censos Agropecuários 1985, 1995 e 2006 – IBGE

Anos	1985	1995	2006
Total de pessoas ocupadas	3.734	2.258	1.272

**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de Censos Agropecuários (1985; 1995/1996; 2006).

\*Dados conforme tipologia do IBGE, a qual considera como unidade de análise os estabelecimentos agropecuários.

Visualiza-se, ainda, na Tabela 2, a masculinização da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários em Praia Grande, demonstrada pela participação das mulheres que de 42,93% em 1985, conforme Censo Agropecuário, cai para 31,92% no ano de 2006. Corrobora-se esse comportamento com a ideia de diminuição do trabalho feminino, alinhado ao processo de especialização produtiva, principalmente no arroz, retirando paulatinamente o papel da mulher no mercado de trabalho agrícola no município.

**Tabela 2** - Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, em Praia Grande (SC), segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006

Censos Agropecuários	Homens	%	Mulheres	%	Total do Pessoal ocupado
1985	2.131	57,07	1.603	42,93	3.734
1995	1.360	60,23	898	39,77	2.258
2006	866	68,08	406	31,92	1.272

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (1985; 1995; 2006).

### *Apresentação e descrição dos resultados da pesquisa de campo*

#### **As estratégias de produção do agricultor familiar praia-grandense – a supremacia dos mercados convencionais**

A pauta produtiva dos agricultores familiares, apurada na pesquisa de campo, vem seguindo a mesma trajetória, de baixa diversificação, conforme dados secundários apresentados anteriormente. Mas os dados mostraram pontos que exigem uma maior reflexão. A amostra que abrangeu os agricultores das 22 comunidades ratificou o predomínio nos principais cultivos para a comercialização: arroz, banana, fumo e milho.

**Tabela 3** - Principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares para comercialização no ano agrícola julho de 2010 a junho de 2011

Produtos Agropecuários	Número de produtores* com produção para venda	Médias (área plantada) em ha
Arroz	14	25,70
Fumo	6	4,83
Banana	9	3,62
Milho	7	4,50
Eucalipto	4	4,25
Mandioca	2	1,25

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril 2011. Observações: \* Foi considerado na amostra um total de 31 produtores e não os

35 agricultores familiares que corresponde à amostra total. 1) Três produtores das comunidades Vila Glória, Rio do Boi e Zona Nova produzem somente para autoconsumo e não foram considerados na relação acima. 2) Um agricultor da comunidade Vila Rosa mantém somente hortas e também não consta na relação. Atividade principal de turismo rural (*hostel*). 3) Um dos agricultores da comunidade Pedra Branca constou na relação acima somente com banana, mas o mesmo produz também para venda: pepino, morango, entre outros. 4) Constataram também para a venda outros cultivos/atividades: cana-de-açúcar, bovinocultura de corte, suínos e maracujá. Todos estes são cultivados somente por quatro produtores, cada um com uma destas atividades.

Numa tipologia dos agricultores do município, a partir dos principais cultivos, percebem-se as estratégias predominantes (apuradas diretamente com os próprios e através dos informantes-chave). Entre os *estilos de agricultura*, destacam-se a) estilo com produção de arroz especializada (rizicultor); b) estilo com produção de banana especializada; c) estilo com produção de fumo semiespecializado<sup>14</sup>; d) estilo com produção agrícola diversificada.

Constata-se que, entre os produtores, há uma concentração elevada nestes cultivos, o que significa dizer que o agricultor que planta arroz depende excessivamente da venda deste cultivo, identifica-se como rizicultor e, em alguns casos, ele produz combinado com milho ou outra cultura também para venda. O agricultor que produz banana também tem na sua maioria o mesmo comportamento, só vende a banana. E com menor incidência produz outro cultivo para venda. Já o produtor que cultiva fumo é o que ainda geralmente tem na sua pauta outra cultura para comercialização, sendo predominante o milho. E também com a própria banana. Conclui-se, porém, desta análise a excessiva especialização produtiva para venda, gerando-se uma vulnerabilidade econômico-social, visto que aumentam os riscos ambientais, como eventos climáticos, frustrações de safra, além dos riscos econômicos conjunturais, pela excessiva dependência e concentração da renda.

O estudo propôs saber também as futuras estratégias produtivas dos agricultores, através da seguinte questão: “O senhor pretende continuar com os mesmos cultivos?” A grande maioria, 29 agricultores, pretende continuar com a mesma pauta produtiva. Observa-se que, mesmo num quadro desfavorável como o período atual<sup>15</sup>,

<sup>14</sup> Neste estilo desmembrar-se-iam outros na combinação de produção de fumo com milho e fumo com banana.

<sup>15</sup> Baseado na 2ª etapa da pesquisa de campo, em fevereiro de 2011.

os agricultores irão se manter concentrados nos mesmos cultivos. Todavia, avaliando-se qualitativamente as respostas, nota-se certa imobilidade (engessamento) na busca por alternativas e no estabelecimento de estratégias de produção agrícola. Isso parece evidenciar a dificuldade do agricultor familiar de Praia Grande em criar aquilo que Ploeg (2003) denomina de “espaços de manobra” que permitiriam distanciamentos estratégicos aos parâmetros de modernização agropecuária gestados ao longo destes anos e conseqüentemente inserção em novos mercados. Ou seja, de certa forma, denota as dificuldades de construção de novos arranjos produtivos e a necessidade de ampliação de políticas públicas com estes fins.

No caso dos arrozeiros, muitos argumentam que houve um “estrago” nas terras, o que não permitiria utilizá-la para outros cultivos. Além disso, há o fato de estarem bastante endividados, por serem produtores tomadores de crédito contumazes. Ocorre um ciclo vicioso de pegar dinheiro “novo” a cada safra para pagar dívidas anteriores. E o agricultor fica refém de suas dívidas e não consegue vislumbrar outras possibilidades, mesmo quando obtém prejuízos sucessivos em determinada atividade. Reproduz-se abaixo o que alguns dizem:

“Sou obrigado, a terra é própria para isso” (agricultor da comunidade Vila Capitão). “Estragou a terra com arroz. É difícil mudar” (agricultor da comunidade. Cachoeira). “Verdura não dá em Praia Grande. Não tem comércio” (agricultor da comunidade Passo Fundo). “Sim, tenho estufa financiada” (Fumicultor da comunidade Rio Canoas).

Isso prova como avançou o processo de mercantilização da agricultura no município e quão inserida está no padrão agroindustrial formado. Há toda uma rede complexa de vínculos mercantis, integrando os agricultores ao ambiente social e econômico, identificada na especialização nos cultivos para a venda, enquadrando-se a noção de “império” anteriormente discutida. Este padrão também se observa pela ligação dos agricultores com as cooperativas<sup>16</sup>, principalmen-

---

<sup>16</sup> No município existe uma forte concentração da comercialização de arroz por uma grande empresa sediada no município vizinho de Jacinto Machado, a Cooperja, que possui uma filial em Praia Grande. Esta figura entre as 400 maiores empresas de agrogêncio do país, comercializando 10% do arroz catarinense, correspondendo a 2% do arroz consumido no Brasil.

te de produção, pelo escoamento do principal produto arroz e pela aquisição de produtos e insumos agroquímicos, além da assistência técnica. Ou seja, comprova a inserção aos mercados convencionais.

No que concerne à comercialização, como o exemplo da banana, tem-se, conforme Censo Agropecuário (2006), o seguinte quadro:

**Quadro 1 - Quantidade produzida e destino da produção de banana nos estabelecimentos agropecuários de Praia Grande (SC)**

<b>Município = Praia Grande (SC)</b>	
Variável = Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 (Toneladas)	
Produtos da lavoura permanente = Banana	
Ano = 2006	
Destino da produção vendida ou entregue a terceiros	
Total	3.276
Vendida ou entregue a cooperativas	250
Vendida diretamente para indústrias	1.134
Entregue à empresa integradora	43
Vendida diretamente a intermediários	1.751
Vendida, entregue ou doada ao governo (federal, estadual ou municipal)	X
Vendida diretamente ao consumidor	84
Vendida como semente	-
Exportada	-
Não vendeu	4

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE/SIDRA (2006).

**Nota:** Os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere X.

Notam-se nos dados acima que no município predomina a comercialização da banana aos intermediários, correspondendo a mais da metade de toda produção (53,45%), sendo esta composta basicamente de banana convencional, ao passo que a entregue às cooperativas (no caso destaca-se a ACEVAM<sup>17</sup>) compõe-se de banana orgânica que

<sup>17</sup> Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba sediada em Praia Grande.

contava com 250 toneladas em 2006. Aqui, temos mais um exemplo dos arranjos formados para a construção de novos mercados, naquela ideia de Milone (2011) da capacidade de instituições locais para criar nova governança de mercado.

Os intermediários são basicamente caminhoneiros filiados às empresas ou particulares, os quais classificam a banana pela qualidade e determinam o preço a ser pago. Em geral são três tipos de bananas<sup>18</sup> que são vendidas pelos produtores diretamente nas suas propriedades a estes atravessadores. Percebe-se nas entrevistas que os agricultores muitas vezes se sentem coagidos por esta prática, pois não possuem autonomia frente ao que produzem pela dependência deste tipo de mercado. Revela-se aquilo que Ploeg (1992) denomina de *externalização*, numa referência gradual ou às vezes abrupta à transferência do controle dos recursos produtivos e tarefas por atores externos. Além disso, os agricultores ainda sofrem com a concorrência da banana provinda de São Paulo, pois em determinadas épocas, de acordo com o preço, os intermediários buscam o produto lá, dificultando-se assim o escoamento da produção do bananicultor do município.

Em relação ao “perfil” do agricultor de Praia Grande, (Tabela 4), os dados mostram que ele possui bastante experiência e conhecimento das práticas agrícolas na região. Conforme a amostra, 80% dos agricultores estão há 30 anos ou mais no município. Número bem expressivo que demonstra experiência e conhecimento tradicional acumulado no enfrentamento das adversidades que a vida no campo traz, mas que, por outro lado, ratifica o problema de uma agricultura familiar excessivamente dependente de uma população mais envelhecida que não está conseguindo repassar estes conhecimentos aos seus sucessores naturais.

Talvez aqui resida um dos principais entraves a maior proliferação de novos mercados: a falta de mão de obra no meio rural. Por outro lado, a criação de novas atividades agropecuárias, como as agroindústrias ou turismo rural, incentivadas através de políticas públicas poderiam atrair os mais jovens, gerando novas ocupações, ou seja, atacando o problema do emprego rural e conseqüentemente os fenômenos demográficos como a masculinização e o envelhecimento da população do campo.

---

<sup>18</sup> Os três tipos são: a banana de primeira qualidade, em 201, contava com preço pago ao produtor de R\$ 0,80/kg, a de segunda qualidade chega a R\$ 0,40/kg e para a de terceira é pago R\$ 3,00 a caixa. A caixa comercializada obedece ao padrão de 20kg.

**Tabela 4** - Experiência (perfil) do agricultor praia-grandense

	Nº de produtores		Nº de produtores	
	Tempo como agricultor no município	%	Tempo aproximado que mantém a mesma pauta produtiva*	%
Menos de 5 anos	1	2,86	3	9,09
5 a 10 anos	-	-	8	24,24
10 a 20 anos	1	2,86	3	9,09
20 a 30 anos	5	14,28	8	24,24
30 ou mais	28	80,00	11	33,33
TOTAL	35	100,00	33**	100,00

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/ abril de 2011.

\*Dois entrevistados vivem somente da aposentadoria. Abandonaram a atividade agrícola há pouco tempo e não foram considerados nesta estatística.

Já em relação ao período de permanência com a mesma pauta produtiva para a venda (comercialização), demonstra-se há poucas mudanças que acompanham o ritmo imposto principalmente pelos ciclos<sup>19</sup> de substituição das principais culturas, como o fumo pelo arroz, por exemplo, em grande parte das comunidades. Ou seja, demonstra-se que preponderaram as estratégias de enquadramento aos mercados convencionais. Pode-se inferir disso que a consolidação dos complexos agroindustriais (CAI's) é evidenciada fundamentalmente na cadeia produtiva do arroz que responde pela dinâmica das atividades agropecuárias e determina o desenvolvimento da região de uma forma geral, reduzindo o emprego nos estabelecimentos agropecuários e gerando um movimento populacional de busca de novas fontes de trabalho, renda e moradia. Processo este dinamizado pela adaptação às condições do meio ambiente, como também culturais

<sup>19</sup> Refere-se aqui a predominância de certos cultivos ao longo de determinados períodos como atividades agrícolas principais. Outro exemplo foi a mandioca que no passado teve grande importância econômica no município. Assim como o ciclo da madeira, que foi a base econômica de algumas comunidades no passado como, por exemplo, a comunidade Zona Nova, onde havia três serrarias que empregavam muitas pessoas, além de escolas, igrejas, enfim uma vida comunitária, mas que hoje não passa de algumas poucas casas basicamente com agricultores aposentados.

ao longo dos anos, ou seja, o conhecimento tradicional arraigado por determinado cultivo, como as de ordem econômica revelada acima (ciclos) ou incentivadas por políticas agrícolas (Próvarzea)<sup>20</sup>, pelas dificuldades de apoio técnico para induzir o agricultor à inovação<sup>21</sup>, entre outras. Neste quesito cabe reforçar a importância da inovação coletiva, enfatizada por Brunori *et al.* (2010), para alavancar os novos mercados, a partir dos laços sociais para a ação inovadora, criando um efeito multiplicador, sinérgico, que facilitaria as atividades de pequenas firmas pelo acesso a recursos que não poderiam ser acessados para ações individuais.

### **As emergentes estratégias de novos mercados e de pluriatividade do agricultor familiar Praia-grandense**

Se, por um lado, há evidente dependência do complexo arrozeiro em Praia Grande, por outro, está havendo certo crescimento, apesar de incipiente, de agricultores engajados na agroecologia, optando-se pela diversificação de suas pautas produtivas. A Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM) tem incentivado o agricultor a adotar práticas mais sustentáveis, além de constituir-se num espaço de articulação e organização dos produtores ecológicos do município. O maior destaque, hoje em dia, é a produção de banana orgânica, contando com 25 famílias. Além disso, existem também produtores de arroz orgânico e a prática de sistemas agroflorestais<sup>22</sup>.

Nesse sentido, estabelece-se a condição de agente, dentro do entendimento de Long e Ploeg (1994), na qual “a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta, quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas”. Evidencia-se este arranjo a partir da ação da ACEVAM, pois é esta associação que vem articulando os agricultores familiares para mudanças nos

---

<sup>20</sup> Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVÁRZEA) concebido em 1978 no Governo João Figueiredo. Atualmente este tem como entidade executora o IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

<sup>21</sup> Houve algumas experiências em Praia Grande em fruticultura, como o cultivo de maracujá. Esta iniciativa partiu de órgão de governo (EPAGRI local). A experiência não prosperou devido a eventos climáticos à época (tempestades de ventos) que ocasionaram a devastação de grande parte dos pomares.

<sup>22</sup> O sistema agroflorestal em Praia Grande combina vários cultivos de frutas, hortaliças e silvicultura geralmente em áreas de encostas de morros.

processos de trabalho, criando alternativas que diminuem o grau de dependência dos mercados. Incentivam-se estratégias de construção de novos mercados, aumento da produção para autoconsumo familiar e, principalmente, através da produção agroecológica.

Diante disso, resgatando a perspectiva dos *estilos de agricultura de Ploeg* (2003), conclui-se que a grande maioria dos agricultores está seguindo as estratégias de internalização das relações ditadas pelo projeto de modernização, enquanto um grupo menor (agricultores agroecológicos) utiliza a estratégia de inserção em novos mercados. Essas iniciativas conformariam também que a participação em cadeias alimentares alternativas precisa não só de um novo mercado aberto, mas de estilos de cultivos adequados, conforme assinalado por Brunori *et al.* (2010). E, para os novos estilos, são fundamentais mudanças radicais para o conhecimento e as habilidades, os bens materiais, os padrões organizacionais, as práticas de comunicação etc.

Na pesquisa houve também interpelação aos informantes-chave a respeito da necessidade da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para permanência no meio rural do município. Das 11 entrevistas, sete indicaram que é preciso ambas as atividades combinadas entre os membros das famílias, um dos entrevistados se absteve da resposta, enquanto três não veem esta condição como necessária. Na mesma questão, só que proposta para os agricultores familiares, obteve-se como resultado a necessidade de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na sua grande maioria, e de certa forma coerente com as respostas dos informantes-chave.

### **Quadro 2** - Percepção da necessidade da prática da pluriatividade entre os agricultores

Alternativas	Respostas
SIM	28
NÃO	5
Não sabe/ Não respondeu	2
TOTAL	35

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011.

Maciçamente, as respostas dadas pelo chefe da família foram da necessidade de ter outras fontes de renda, denotando novamente a preocupante dificuldade de renda agrícola entre as famílias de arro-

zeiros, bananicultores e fumicultores. Cabe observar também que esta combinação é referida pelos interlocutores no âmbito da família, ou seja, uns trabalham na agricultura e outros em atividades não agrícolas. Aqui está embutida a concepção de pluriatividade como uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). Reproduz-se abaixo o que pensam alguns entrevistados:

“Só da agricultura não se mantém com 8 ha. Tem que ter salário mensal” (entrevistado da comunidade Vila Glória).

“Hoje em dia não se pode envolver muita gente numa atividade de só” (entrevistado da comunidade da Pintada).

“É obrigado no mínimo um sair” (entrevistado da comunidade Rio do Boi).

Na tentativa de aprofundar mais as estratégias produtivas dos agricultores familiares, foram propostas duas questões para verificar as reações dos informantes-chaves.

À pergunta “Que estratégia de ocupação e renda você considera melhor, hoje em dia, para a reprodução social dos agricultores familiares no meio rural de Praia Grande?” propôs-se algumas alternativas de respostas. Não houve predominância de nenhuma alternativa, das 11 entrevistas. Obtiveram-se respostas bem variadas. E a que mais se repetiu foi a estratégia somente de diversificação das atividades agropecuárias, citada por quatro entrevistados. Para dois deles, dever-se-ia combinar atividades agrícolas (diversificadas) e atividades não agrícolas (diversificadas). Ainda foram citadas por outros dois entrevistados: combinar atividades agrícolas com agroindústria familiar e explorar novos nichos de mercado em atividades agropecuárias, para um, e combinar atividades agrícolas (principais cultivos do município de fácil comercialização) e não agrícolas diversas, para o outro. As demais respostas destoaram bastante das alternativas propostas: o turismo rural como alternativa; “achar” comércio como solução mais segura; e, por último, a dedicação aos cultivos de subsistência combinado com atividades não agrícolas.

Da segunda questão, “Que atividades agrícolas específicas<sup>23</sup> em termos de geração de emprego e renda você considera melhor hoje em

---

<sup>23</sup> Aqui a pergunta solicitou no mínimo dois cultivos, um mais específico para a região da várzea e outro para as encostas.

dia para o agricultor familiar exercer no meio rural de Praia Grande?”, extraem-se alguns exemplos de estratégias produtivas, complementando a questão acima.

Nas atividades agrícolas que os informantes-chave mais visualizam como alternativas para a agricultura familiar no município foram obtidas também respostas amplas, onde a aglutinação das respostas de certa forma ficou prejudicada<sup>24</sup>. Foram bastante citados os cultivos de arroz orgânico e banana orgânica, que têm menor custo de produção que o arroz e a banana convencionais, principalmente porque estes últimos utilizam muitos insumos num mercado cada vez mais caro. Sugeriu-se substituir o arroz convencional pelo orgânico, com o objetivo de reduzir o custo de produção, devido ao alto custo dos insumos, que segundo um dos entrevistados “[...] seria um dos vilões, pois “sugam” toda a renda do agricultor [...]”.

Alegou-se também a vantagem de os orgânicos gerarem lucro maior e mais ocupações, fazendo aumentar o emprego agrícola. Ainda, citou-se para os bananicultores em especial o cultivo da banana combinada com sistemas agroflorestais, principalmente porque as terras onde predominam os bananais são nas regiões de encosta. Outra possibilidade levantada seria combinar a banana com atividades pecuárias. Também foi proposto o *sistema de piqueteamento* nas várzeas que não têm cultivo de arroz. A fruticultura igualmente figurou como uma possibilidade no município, a fim de diversificar os produtos para a venda, destacando-se o maracujá, que já teve experiência anterior na região. Outros cultivos, como aipim, pepino, moranga e café, foram elencados na defesa da diversificação das atividades agrícolas, como um meio de diminuir o risco e melhorar a renda, aliada à criação de redes alternativas de comercialização.

Ainda houve argumentos que defendem os cultivos de arroz convencional e banana convencional, mas em menor grau, pois estes teriam as facilidades de crédito e comercialização que garantiriam renda. A silvicultura surgiu como proposta, pois teria a vantagem de exigir pouca mão de obra e encaixar-se justamente para os agricultores já aposentados, famílias que, conforme visto, representam um contingente considerável na zona rural do município. Outra alternativa seria a diversificação das atividades agrícolas em cultivos de subsistência, combinada com artesanato entre as famílias de agricultores. Incentivar a utilização

---

<sup>24</sup> A intenção da pesquisa não era a *priori* estabelecer que as respostas ficassem restritas as alternativas, pois as mesmas eram a título de exemplo para estimular as possíveis estratégias produtivas.

principalmente da fibra da bananeira para a produção de bolsas, chapéus etc. seria uma boa forma de complementar a renda e um exemplo de pluriatividade, bem como de inserção em novos mercados. O incentivo ao turismo rural com o intuito de trazer o turista diretamente nas propriedades rurais, no sistema “colhe e pague” de produtos coloniais e orgânicos, para um dos entrevistados, traria bons resultados, alertando, porém, que deveria ter incentivo dos governos. Aqui há o reforço da importância de políticas públicas que dinamizem a construção dos novos mercados, como PNAE, PAA, Proambiente, entre outros.

A pesquisa de campo, mais recentemente, propôs saber de selecionados informantes-chaves<sup>25</sup> quais as maiores dificuldades (em ordem de importância) em aderir à produção vinculada aos novos mercados (produção agroecológica, criação de agroindústrias familiares, engajamento em práticas de turismo rural etc.). Obtiveram-se os seguintes resultados: 1º lugar - desconfiança em relação à garantia de renda, preço, condições de comercialização das atividades de novos mercados; 2º lugar - dificuldades de adaptação quanto à mudança das práticas agrícolas, aprendizado e/ou capacidade de inovação para estas novas atividades; 3º lugar - dificuldades relacionadas a questões culturais, arraigamento por determinada tradição etc. É interessante observar que somente em 4º lugar estaria a falta de incentivo dos governos nas diferentes esferas quanto a crédito rural, baixo apoio à assistência técnica, questões legais etc., segundo as respostas dos informantes. E, em último lugar, apontam-se as dificuldades de ordem natural, tais como qualidade e uso da terra, solo, clima.

### **Considerações finais**

Uma das interrogações que norteou este estudo - se haveria um dilema nas escolhas produtivas dos agricultores familiares - não pode, a partir deste estudo, ser conclusiva. Acredita-se que há indícios, mas faltaria uma investigação dirigida a este objetivo. O dilema pode se configurar quando se considera, por exemplo, o grau de especialização produtiva da região/município. Talvez aí esteja a pista para futuros estudos. Outra questão que emerge é que o crescimento da pluriatividade, de certa forma, pode ajudar a explicar e ser uma prova da existência do dilema. É certo que há uma clara tentativa de busca de outras fontes de renda a fim de salvaguardar a reprodução social pelos agricultores. Além disso, das muitas questões daqui derivadas, talvez a

<sup>25</sup> Estes dados refletem a última etapa da pesquisa de campo, realizada em outubro de 2014, somente com os informantes-chave pré-selecionados, dada a sua identificação com o incentivo à inserção dos agricultores familiares aos novos mercados.

maior contribuição deste estudo seja chamar a atenção para a urgência na discussão da governança das zonas rurais, ainda pouco discutida, sobretudo no Brasil, dadas as importantes transformações no papel de Estado e na complexa rede de atores que hoje em dia se articulam e atuam na implementação de programas e projetos para o campo.

Pesquisas comprovam que na União Europeia a construção dos mercados aninhados é principalmente um processo endógeno e os mercados que mais se desenvolvem são os de produtos diferenciados (de alta qualidade, especialidades regionais, produtos de alimentação orgânicos e formas específicas de bioenergia) e de serviços (agroturismo, entre outros). Estes têm como características comuns a ativa participação dos atores locais e as especificidades das redes criadas (organizações, empresas). Criaram-se novas estruturas de governança com novas formas de autorregulação que têm reduzido os custos de transação e têm disseminado cada vez mais novas relações entre cidade e campo. Também tem destaque o papel cada vez mais atuante do exigente consumidor europeu. No Brasil, este processo é ainda fundamentalmente exógeno, dependente da atuação do Estado, e estas formas de mercados ainda são muito incipientes. Todavia, nesta última década, há uma crescente participação das organizações da sociedade civil na operação de programas e políticas de desenvolvimento rural, fazendo com que haja um forte crescimento deste mercado de produtos diferenciados, como aqui exemplificado no papel da ACEVAM na criação de novos mercados, nas experiências de cultivos de banana e arroz orgânicos, entre outros.

Para tanto, precisa-se analisar a inter-relação entre as políticas públicas e os atores. Nesse sentido, é necessário institucionalizar políticas, práticas e processos de desenvolvimento rural de acordo com o contexto das regiões rurais, mobilizando forças sociais que fortaleçam a governança dos *nested markets*. Isso depende criticamente, assim como faz crer Oostindie *et al.* (2010), de uma ampla gama de fatores sociopolíticos que incluem: a) o grau em que a economia rural está enraizada em recursos locais e estruturada de acordo com modelos locais (endogeneidade); b) a capacidade local e regional da inovação (produção de novidade); c) o grau de sustentabilidade que é criado; d) a força da sociedade local e regional (capital social<sup>26</sup>) e e) a capacidade de criar arranjos institucionais adequados.

<sup>26</sup> Importante referir a incorporação do termo capital social às diretrizes de instituições internacionais de desenvolvimento como: Banco Mundial, FAO, CEPAL, UNCTAD, no sentido de incorporar as condições institucionais que dependem do desenvolvimento, ou seja, de valorizar o capital social das regiões.

Enfim, o alcance que as experiências de construção de novos mercados em regiões como neste estudo de caso e em muitas zonas rurais no Brasil ainda é uma questão aberta. Exemplos como a criação de novos circuitos de comercialização pelo PNAE e PAA, que estimulem a diversificação produtiva, já geram bons resultados como os trabalhos de Schmitt (2011) comprovam. Mercados de preservação da paisagem, ainda tão incipientes no Brasil, bem como maior incentivo à criação de agroindústrias familiares e ao turismo rural (considerando as belezas naturais, como no caso de Praia Grande), podem se consolidar em termos de recuperação de emprego, renda e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, estes novos mercados poderiam atrair a população mais jovem, amenizando também os fenômenos demográficos do envelhecimento e da masculinização, aqui demonstrados. Espera-se que o crescimento da pluriatividade nas regiões rurais brasileiras se traduza em um indutor do crescimento paralelo de novos mercados.

### **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Economia Rural*, v. 40, n. 2, p. 235-264, abr./jun., 2002.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX. *Texto para discussão*, n. 1034. Brasília: IPEA, 2004.
- BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. *Int. J. Soc. of Agr. & Food*, v. 18, n. 1, p. 28-53, 2010.
- BRUNORI, G.; ROSSI, A. Sinergy and coherence through collective action: some insights from wines routes in Tuscany. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, Oct., 2000.
- FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: 2010-2011.
- \_\_\_\_\_. *Censos Agropecuários 1985;1995/1996 e 2006*.

- \_\_\_\_\_. *Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010*.
- LONG, N. *Development sociology: actor e perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. Tradução por Daniela Garcez, Leandro Krug Wivese Rita Pereira. Revisão Técnica Sérgio Schneider (Versão para circulação interna 2009). In: BOOTH, D. (ed). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. England: Longman, 1994, p. 62-90.
- MILONE, Pierluigi. *The visible hand in the creation of nested markets*. Apresentação oral. III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 17 e 18 de novembro de 2011.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.
- OOSTINDIE, Henk.; PLOEG, Jan Douwe van der; BROEKHUIZEN, Rudolf van; VENTURA, Flaminia.; MILONE, Pierluigi. The central role of *nested markets* in rural development in Europe. *Rivista di Economia Agraria*, a. LXV, n. 2, giugno, 2010.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- \_\_\_\_\_. Trajetórias de desenvolvimento rural: uma pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 13, n. 27, p. 114-141, maio/ago., 2011.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 98-106, 2010.
- \_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, Jan Douwe van der; LONG, Ann. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assent: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.
- \_\_\_\_\_. *Labor, markets, an agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMANN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Las ediciones de la piqueta, 1992, p. 153-195.
- PLOEG, Jan Douwe van der; YE, Jingzhong; SCHNEIDER, Sergio. Rural development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Rivista di Economia Agraria*, a. 65, n. 2, p. 155-162, 2011.

SCHMITT, Claudia. *A mecânica (e as dinâmicas) do PAA: a construção de novos mercados*. Apresentação oral. II Seminário Internacional de Pesquisa Comparada de Processos de Desenvolvimento Rural no Brasil, China e União Europeia. Porto Alegre, Brasil, 16 de novembro de 2011.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SILVA, Tiago Moraes. *Dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Praia Grande – SC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011, 218 p.

VENTURA, Flaminia. *The performativity of rural development policies in the European Union*. Apresentação oral. II Seminário Internacional de Pesquisa Comparada de Processos de Desenvolvimento Rural no Brasil, China e União Europeia. Porto Alegre, Brasil, 16 de novembro de 2011.

SILVA, Tiago Moraes e Leonardo Xavier Silva. Mercados convencionais e/ou novos mercados – haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares? O caso de Praia Grande (SC). *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2015, vol. 23, n. 1, p. 31-61, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Mercados convencionais e/ou novos mercados - haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares? O caso de Praia Grande(SC)*). Este artigo aborda as estratégias de produção dos agricultores familiares do Município de Praia Grande, região do extremo-sul catarinense, com o enfoque nas escolhas entre a “esteira” dos mercados convencionais, a partir da produção de *commodities*, como o arroz, e a inserção em novos mercados, como, por exemplo, a produção agroecológica. O estudo foi desenvolvido a partir de dados secundários, entrevistas semiestruturadas e em profundidade nos anos de 2010 e 2011 e uma última etapa em 2014. Os resultados não comprovaram de forma evidente o dilema nas decisões de produções dos agricultores pesquisados. Entretanto, há indícios que podem indicar a problemática levantada, demonstrada pela busca de alternativas, as quais são configuradas pela criação de *nested markets* (capitaneadas por uma associação de agricultores ecológicos); pelo crescimento da pluriatividade; e pelo êxodo seletivo da população rural jovem.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, mercados, estratégias produtivas, mercantilização.

**Abstract:** (*Conventional markets and/or new markets - would this be a dilemma in the productive strategies of family farmers? The case of Praia Grande, Santa Catarina, Brazil*). This article discusses the production strategies of family farmers in the municipality of Praia Grande, in the extreme southern region of Santa Catarina state, focused on the choices between following the “treadmill” of conventional markets, through the production of commodities such as rice, and/or of insertion in new markets, such as those for agroecological products. The study was based on secondary data, semi-structured and in-depth interviews in the years 2010 and 2011 and a final stage in 2014. The results did not clearly confirm the dilemma of surveyed farmers’ production decisions. However, there are signs that may indicate the research issue raised, demonstrated by the search for alternatives, which involve creation of nested markets (led by the ecological farmers association); by the growth of pluriactivity; and by the selective exodus of rural youth.

**Key words:** family farming, conventional markets, new markets, production strategies, commodification, dilemma.

Recebido em abril de 2015.

Aceito em abril de 2015.